

CONCURSOS

XXXIX CONCURSO DE INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (1995) — PROVA PREAMBULAR

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Preencha, apenas, a parte inferior da grade com os dados de identificação.
2. Não olhe para os lados e nem formule qualquer espécie de pergunta relativa às questões.
3. Responda às questões formuladas, preenchendo as grades, SEM RASURAR.
4. Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
5. Não deixe de assinar a lista de presenças.
6. A prova tem a duração de seis horas.

PROVA DE PORTUGUÊS

1. Marque a opção e que um das palavras apresente erro de divisão silábica.

- | | |
|---------------------|---------------|
| (A) subs-cri-ções | su-ma-ri-am |
| (B) cle-mên-cia | sub-em-pre-go |
| (C) in-for-mais | blo-quei-am |
| (D) des-vi-os | ho-mi-cí-dios |
| (E) de-sar-vo-ra-do | pre-clu-am |

2. Marque a opção em que nenhuma das formas exige acento gráfico.

- | | | |
|----------------|---------------|------------|
| (A) carater | motel | raiz |
| (B) rol | raizes | (o) pais |
| (C) (o) mister | (os) misteres | caracteres |
| (D) (o) reves | (os) reveses | logaritmo |
| (E) gratuito | (o) recorde | improbos |

Nas questões 3 a 12, marque a opção em que uma das palavras está grafada incorretamente.

3.

- | | | |
|------------------|------------|------------|
| (A) preconizados | endeusado | lapiseira |
| (B) destreza | sexagésimo | embriaguez |
| (C) agonizante | revezam-se | indenizado |
| (D) ebríes | pesquisado | irrisório |
| (E) montanhez | pesaroso | gasoso |

4.

- | | | |
|----------------|------------|-------------|
| (A) agasalhado | abrasador | arrasado |
| (B) abalizado | frisamos | extravasam |
| (C) baronesa | burguesia | descortezia |
| (D) escassez | esvaziaram | paralisado |
| (E) obsequioso | ironizavam | gizamos |

5.

- | | | |
|--------------------|--------------|--------------|
| (A) acetinado | incensurável | assunção |
| (B) vicissitude | viscinal | extrapolaram |
| (C) desnecessidade | rechaçaram | presunçoso |
| (D) desconcertante | disfarçado | facínora |
| (E) ansiedade | conversível | maciço |

6.

- | | | |
|-----------------|---------------|------------------|
| (A) recenseado | propensão | obsessão |
| (B) farsante | distensão | pretensiosamente |
| (C) subsumido | imersão | sucinto |
| (D) arremessar | obscenidade | excussão |
| (E) repercussão | controvérsias | inépcia |

7.

- | | | |
|-------------------|--------------|----------------|
| (A) inconciliável | permissivo | concussão |
| (B) rescisão | recessivo | sessenta |
| (C) condescender | complacente | imprescindível |
| (D) essencial | desassossego | aquiesceram |
| (E) inaccessível | assertiva | concessivo |

8.

- | | | |
|----------------|------------|-------------|
| (A) enxergavam | repuxaram | enxurrada |
| (B) remexiam | espicharam | faxineira |
| (C) encharcado | relacharam | debochavam |
| (D) laxante | lascívia | cochichavam |
| (E) fachada | salsicha | enfaixaram |

9.

(A) ajeitamos	rejeitamos	gorjeta
(B) lisonjeado	ultraje	tigela
(C) rabugento	herege	majestoso
(D) traquetória	ferruginoso	sarjeta
(E) enrijecido	umedeceram	hombridade

10.

(A) incandescente	anteprojeto	desequilibramos
(B) irrequieto	sequer	(pontos) cardeais
(C) digladiar	discreção	calcário
(D) despendemos	dirimimos	empecilhos
(E) meteorológico	endividado	bueiro

11.

(A) estupraram	frustrado	reivindicatório
(B) dissolução	represalhas	dilapidaram
(C) incoercível	depredaram	contumaz
(D) prostraram	prazeroso	pretextaram
(E) remanescente	estornaram	conscienciosamente

12.

(A) preexistente	prejulgamento
(B) extralegal	auto-aplicável
(C) hipossuficiente	infratranscrito
(D) transexualidade	inter-relações
(E) paramilitar	hiperinflação

13. Marque a opção em que a forma abreviada apresenta incorreção.

- (A) A sessão teve início às 10h30min, pontualmente.
- (B) Dirigi-me ao M.M. Juiz de Direito.
- (C) Consulte o laudo da fl. 94.
- (D) Morava na Avenida Carlos Barbosa, 280 — ap. 72.
- (E) Na bolsa encontramos 30g de cocaína.

Nas questões 14 e 15, marque a opção em que as palavras não são sinônimas.

14.

(A) perfilar	adotar
(B) tachar	acusar
(C) suster	sustentar
(D) proscreever	proibir
(E) experto	perito

15.

- | | |
|-----------------|-----------|
| (A) conjectura | hipótese |
| (B) discriminar | descrever |
| (C) delatar | denunciar |
| (D) diferir | adiar |
| (E) corroborar | confirmar |

Nas questões 16 e 17, marque a opção em que há palavra ou expressão grafada ou empregada incorretamente.

16.

- (A) O português é um idioma afim do espanhol.
- (B) Gostaria do saber porque não se coíbem esses abusos.
- (C) Pergunte-lhe aonde pretende ir.
- (D) Você adotou essa criança; deve, por isso, servir-lhe de pai.
- (E) Os traslados concertados por escrivão têm valor probante idêntico ao dos originais.

17.

- (A) Face o aumento da violência, a polícia teve de intervir.
- (B) O advogado requereu vista dos autos.
- (C) Há nulidade, em princípio, quando infringida norma cogente.
- (D) Impõe-se a distinção entre vícios essenciais e não-essenciais.
- (E) Ao invés de muito triste, é um ser intensamente alegre.

18. Marque a opção em que há incorreção na forma em destaque.

- (A) PROPUSEMOS-LHES a retomada do diálogo.
- (B) Logo que receberam as propostas, SUBMETERAM-NAS à assembléia.
- (C) SUBMETEMO-NOS às exigências da direção.
- (D) Assim que nos encaminharem os documentos, EXAMINA-LOS-EMOS minuciosamente.
- (E) Se não ADMINISTRAR-MOS esta crise, teremos sérias dificuldades pela frente.

19. Marque a opção em que a forma verbal imperativa não corresponde ao tratamento TU.

- (A) Vem depressa.
- (B) Vai embora.
- (C) Perdoe-me querida.
- (D) Parte sem demora.
- (E) Cria coragem.

20. Marque a opção em que há forma verbal incorreta.

- (A) É provável que a comissão sobreste o exame desses processos.
- (B) Quando o vir, dê-lhe meu recado.

- (C) O réu reconveio, como já era esperado.
 (D) Quero que se consignem na ata esses protestos.
 (E) É preciso que se distingam as duas situações.

21. *Os candidatos iam marcando as respostas na grade.*

Passando-se a oração acima para a voz passiva, obtém-se a forma verbal:

- (A) era marcada
 (B) iam sendo marcadas
 (C) marcavam-se
 (D) eram marcadas
 (E) ia sendo marcada

Nas questões 22, 23, 24, 25 e 26, marque a opção em que uma das formas verbais apresenta incorreção: a do presente do indicativo ou do pretérito perfeito do indicativo.

VERBO INDIC.	PRES. DO INDIC.	PRET. PERF. DO INDIC.
-----------------	-----------------	--------------------------

22.

- | | | |
|--------------|----------------|----------------|
| (A) prover | eles provêem | eles proveram |
| (B) provir | eles provêm | eles provieram |
| (C) reter | eles retêm | eles retiveram |
| (D) ansiar | ele anseia | ele ansiou |
| (E) precaver | nós precavemos | nós precavimos |

23.

- | | | |
|--------------|---------------|-----------------|
| (A) estrear | eles estréiam | eles estreiarão |
| (B) reaver | nós reavemos | nós reouvemos |
| (C) sorrir | eles sorriem | eles sorriram |
| (D) divergir | eu divirjo | eu divergi |
| (E) magoar | ele magoa | ele magoou |

24.

- | | | |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| (A) intervir | nós intervimos | nós interviemos |
| (B) destruir | eles destróem | eles destruíram |
| (C) suster | ele sustém | ele susteve |
| (D) premiar | eles premiam | eles premiaram |
| (E) intermediar | eles intermedeiam | eles intermediaram |

25.

- | | | |
|---------------|-------------|--------------|
| (A) averiguar | eu averiguo | eu averiglei |
| (B) remoer | ele remói | ele remoeu |
| (C) ver | nós vemos | nós vimos |

- | | | |
|--------------|--------------|-----------------|
| (D) subtrair | ele subtrai | ele subtraíu |
| (E) entreter | tu entreténs | tu entretiveste |

26.

- | | | |
|--------------|-------------|-----------------|
| (A) viger | ela vige | elas vigeram |
| (B) alardear | eu alardeio | eu alardiei |
| (C) poder | ele pode | ele pôde |
| (D) consumir | ele consome | eles consumiram |
| (E) argüir | ele argúi | eles argüiram |

27. Marque a opção em que há erro quanto à indicação do gênero gramatical de substantivo.

- (A) O pintor informou que a cal não estava no galpão.
- (B) As arras em dinheiro consideram-se princípio de pagamento.
- (C) Há palavras, como quinqüídio, que exigem duas tremas.
- (D) As tarifas dos lotações foram reajustadas recentemente.
- (E) Esses resultados elevam o moral dos atletas.

28. Marque a opção em que a forma plural apresenta incorreção.

- | | | |
|------------------|---|----------------|
| (A) ama-seca | = | amas-secas |
| (B) pé-de-meia | = | pés-de-meia |
| (C) lobo-marinho | = | lobos-marinhos |
| (D) gato-pingado | = | gato-pingados |
| (E) fuzil | = | fuzis |

29. Marque a opção em que o adjetivo apresenta erro de flexão.

- (A) atitudes pueris
- (B) lábios vermelho-cereja
- (C) conseqüências serfíssimas
- (D) sessão poética-musical
- (E) ações constitutivo-negativas

30. Marque a opção em que há erro de concordância nominal.

- (A) Dados os elementos disponíveis, já podemos decidir.
- (B) Para vencer, é necessário perseverança.
- (C) Encaminho-lhe, anexos à carta, os comprovantes das despesas.
- (D) O autor deseja deixar patentes seus agradecimentos ao corpo técnico da editora.
- (E) O que me parece errado é a censura sem critérios.

- (C) o lhe o
 (D) o o lhe
 (E) o o o

36. Não..... do pobre; ao encontro dele e a dor.

- (A) te esqueças vai alivia-lhe
 (B) se esqueças vá alivie-lhe
 (C) te esquece vai alivia-lhe
 (D) se esqueça vai alivia-lhe
 (E) te esqueças vai alivie-lhe

37. Depois que o sol se, haverão de as atividades.

- (A) pôr suspender
 (B) por suspenderem
 (C) puzer suspender
 (D) puser suspender
 (E) pôr suspenderem

38. Sempre lhe interesse indagações dessa natureza: cinco anos que se dedica a tais assuntos.

- (A) causaram deve fazerem
 (B) causaram devem fazer
 (C) causou deve fazer
 (D) causaram deve fazer
 (E) causou devem fazer

39. Já muito tempo sendo estudos acerca da crise da linguagem.

- (A) a vêm feitos
 (B) a vem feitos
 (C) a vem feito
 (D) há vem feitos
 (E) há vêm feitos

40. Talvez não duas crianças que educadas por métodos inteiramente iguais.

- (A) haja possa serem
 (B) hajam possa ser
 (C) hajam possa serem
 (D) haja possam ser
 (E) hajam possam ser

ERRATA

Na questão n.º 1, onde se lê “em que um das palavras”, leia-se “em que uma das palavras”.

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

1. Assinale a alternativa CORRETA.

O “sursis” não é permitido quando o réu:

- (A) é reincidente em crime culposos;
 - (B) é maior de 70 anos e está condenado agora, pela primeira vez, a quatro anos de reclusão por crime doloso;
 - (C) é reincidente em contravenção penal;
 - (D) é menor de 70 anos, está condenado a um ano de reclusão e é reincidente em crime doloso, posto que já condenado a um mês de detenção por crime de ameaça;
 - (E) já foi condenado a pena de multa por crime doloso de furto.
- Nas questões 2 e 3 assinale a assertiva CORRETA.

2.

- (A) No peculato culposos, se a reparação do dano e posterior ao recebimento da denúncia e precede à sentença irrecorrível, fica extinta a punibilidade.
- (B) A lei nova mais benéfica retroage sem nenhuma limitação, mas não pode alcançar sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) Se o crime é de roubo e cometido em prejuízo de irmão, a ação penal é pública condicionada, somente se procedendo mediante representação.
- (D) O erro de tipo, que exclui o dolo, pode ser alegado por alguém que sai do aeroporto e leva embora uma mala alheia em vez da própria, podendo, todavia, esse agente ser punido por furto culposos.
- (E) O infanticídio, no que diz com o sujeito ativo, é crime impróprio.

3.

- (A) O condenado a pena superior a oito anos, não reincidente, poderá começar a cumpri-la em regime semi-aberto.
- (B) A sentença concessiva de perdão judicial não deve ser considerada para efeitos de reincidência.
- (C) A pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada cumulativamente com a de detenção se o crime for culposos.
- (D) Na conversão de pena de multa a cada dia-multa corresponderá um dia de detenção, podendo esta (detenção) ser superior a um ano.
- (E) A pena de multa substitutiva somente pode ser aplicada se estiver cominada expressamente na parte especial.

Nas questões 4 a 7 assinale a alternativa INCORRETA.

4.

O livramento condicional pode ser concedido a réu condenado a três anos de reclusão por furto qualificado com emprego de chave falsa e mediante concurso de duas pessoas, desde que (cumpridos os demais requisitos):

- (A) tenha reparado o dano ou reconhecida a impossibilidade de fazê-lo;
- (B) comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;
- (C) cumprido mais de um terço da pena se não for reincidente em crime doloso;
- (D) cumprido mais de um terço da pena se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- (E) cumprida mais da metade da pena se for reincidente em crime doloso.

5.

O curso da prescrição interrompe-se:

- (A) pela sentença condenatória recorrível;
- (B) pelo recebimento da denúncia;
- (C) pela pronúncia confirmada pelo tribunal;
- (D) pelo recebimento da queixa;
- (E) pela decisão que desclassifica o delito da tentativa de homicídio para o de exposição de perigo do art. 132, do CP, pelo juiz na fase da pronúncia.

6.

No caso de concurso de pessoas, a pena será agravada em relação ao agente que:

- (A) promove ou dirige a atividade dos demais agentes;
- (B) executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa;
- (C) coage ou induz outrem à execução material do crime;
- (D) instiga ou determina a cometer o crime alguém não sujeito à sua autoridade;
- (E) instiga ou determina a cometer o crime um menor ininputável.

7.

São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

- (A) ter o agente cometido o fato sob coação irresistível;
- (B) ser o agente maior de 70 anos da data da sentença;
- (C) ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

- (D) ter o agente cometido o crime sob a influência de violenta emoção, provocado por ato injusto da vítima;
- (E) ser o agente menor de 21 anos na data do fato.

Nas questões 8, 9 e 10 assinale a assertiva INCORRETA.

8.

- (A) A legítima defesa exclui a ilicitude.
- (B) O erro de tipo exclui o dolo.
- (C) O estado de necessidade exclui a ilicitude.
- (D) O estrito cumprimento do dever legal exclui a antijuridicidade.
- (E) O erro de proibição não exclui, mas reduz a culpabilidade.

9.

- (A) O enfermeiro que não administra ao paciente o remédio prescrito, dando causa à sua morte, pratica um crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão.
- (B) A tentativa de contravenção penal não é punível.
- (C) A condenação anterior à pena de multa impede a concessão da suspensão condicional da pena.
- (D) Apenas o funcionário público pode ser sujeito ativo no crime de peculato doloso, podendo o particular ser partícipe.
- (E) Se o acórdão for meramente confirmatório da sentença condenatória, a prescrição não fica interrompida.

10.

- (A) No crime de homicídio doloso praticado contra uma pessoa com 8 anos de idade incide a agravante do art. 61, II, "h", do Código Penal (crime contra criança).
- (B) Desobediência é crime de mera conduta, enquanto que abandono material é crime permanente.
- (C) Em delitos culposos de trânsito, cuja pena fixada é inferior a seis meses, pode ser operada a substituição por uma pena de multa;
- (D) A limitação de fim de semana é uma pena substitutiva.
- (E) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, é um dos efeitos da condenação.

Nas questões 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 assinale a assertiva CORRETA.

11.

- (A) O prazo para o assistente da acusação habilitado apelar é de quinze dias e corre a partir do dia em que se encerrar o do Ministério Público.
- (B) A extensão do recurso do Ministério Público é delimitada pelas razões oferecidas.
- (C) Ao sentenciar, o juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia ou queixa quando em consequência houver de aplicar pena mais grave.

- (D) Na ação penal condenatória, a adoção de rito impróprio gera sempre a nulidade do processo.
- (E) O falecimento da pessoa cuja condenação é revista não impede o prosseguimento da revisão criminal.

12.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer de decisão denegatória de *habeas corpus* proferida pelos Tribunais de Alçada e Justiça.
- (B) No processo penal, os princípios da verdade real e da liberdade dos meios de prova não admitem restrições.
- (C) Para o fim de protesto por novo júri, deve-se considerar o total da pena que resultar aplicada por diversos crimes cometidos em continuação.
- (D) A prova recolhida no decorrer do inquérito policial não pode servir como elemento de convicção incriminatória.
- (E) O Tribunal do Júri não pode impor ao réu condenação mais grave do que a anterior, quando remetido o processo a novo julgamento em recurso exclusivo da defesa.

13.

- (A) Cabe *habeas corpus* contra punição disciplinar militar.
- (B) No procedimento especial dos crimes falimentares, a rejeição da denúncia ou da queixa pelo Juiz das Falências não impede o exercício da ação penal no juízo criminal.
- (C) Havendo dois defensores constituídos pelo réu, ambos devem ser intimados, sob pena de nulidade.
- (D) Os jurados decidem soberanamente e segundo o sistema de livre convencimento, podendo julgar com base em provas não judicializadas.
- (E) A incompetência em razão da matéria anula somente os atos decisórios.

14.

- (A) O recurso cabível da absolvição sumária no processo dos crimes da competência do tribunal do Júri é o recurso em sentido estrito.
- (B) Da decisão que afirma a competência do juízo cabe recurso em sentido estrito.
- (C) A revisão criminal pode ser proposta a qualquer tempo, antes da extinção da pena.
- (D) A sentença, como ato complexo que é, não pode ser parcialmente anulada.
- (E) O prazo para oferecimento de denúncia nos crimes eleitorais e de imprensa é de cinco dias, esteja ou não solto o indiciado.

15.

- (A) Na ação penal privada é sempre possível suprimir omissões da queixa-crime antes da prolação da sentença condenatória.
- (B) Do não recebimento da denúncia cabe apelação.

- (C) Não é possível a realização da prisão em flagrante nos crimes habituais.
- (D) Compete à Justiça Militar Estadual julgar os crimes competidos com emprego de arma da corporação, ainda que sejam civis o ofendido e o ofensor.
- (E) Após passada em julgado, a sentença de pronúncia pode vir a sofrer alterações.

16.

- (A) Cabe *habeas corpus*, dirigido ao Pleno, de decisão de Turma do Supremo Tribunal Federal que não o concede.
- (B) Deve ser cassada por manifestamente contrária à prova dos autos a condenação imposta pelo Tribunal do Júri quando subsistente dúvida entre duas correntes autorizadas de prova.
- (C) Se não for alegada em tempo oportuno, a nulidade da citação ficta convalida.
- (D) Cabe mandado de segurança contra decisão que não admite a habilitação de interessado como assistente da acusação.
- (E) Admitem-se embargos infringentes sempre que não for unânime a decisão de Câmara Criminal dos Tribunais de Alçada e Justiça.

17.

- (A) A decisão de pronúncia é materialmente uma sentença e formalmente uma decisão interlocutória mista não terminativa.
- (B) O condenado por crime hediondo necessariamente começa a cumprir a pena em regime fechado.
- (C) Nos crimes de estelionato mediante emissão de cheque sem fundos, a ação penal não pode ser desencadeada sem o indispensável exame de corpo de delito.
- (D) No processo penal, quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência será regulada pelo domicílio ou residência do réu.
- (E) A identificação criminal não constitui constrangimento ilegal, ainda que o indiciado já tenha sido civilmente indentificado.

Nas questões 18, 19 e 20, assinale a assertiva INCORRETA.

18.

- (A) O processo por contravenção praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União compete à Justiça Comum Estadual.
- (B) A denúncia pode ser parcialmente rejeitada.
- (C) A ação penal condenatória não pode ser desencadeada sem que haja prova de certeza quanto à autoria e materialidade da infração.
- (D) A defesa pode produzir prova nova documental após o encerramento da instrução criminal, em sede de apelação.
- (E) O Conselho de sentença pode ser quesitado sobre agravantes que não foram articuladas no libelo.

19.

- (A) O exame criminológico dos condenados é indispensável.
- (B) No procedimento especial dos crimes de imprensa o interrogatório é facultativo.
- (C) O tempo remido é computado não só para diminuir o tempo de cumprimento da pena como também para a concessão do livramento condicional e indulto.
- (D) O Promotor de Justiça, enquanto tal, não pode impetrar *habeas corpus* perante órgão jurisdicionais de outro grau.
- (E) Para a validade da procuração, na ação de iniciativa privada, não se exige a descrição, mas a menção do fato criminoso.

20.

- (A) No procedimento especial dos crimes de imprensa são recorríveis tanto o recebimento quanto a rejeição da inicial acusatória.
- (B) A prática superveniente de crime culposo não enseja necessariamente a regressão de regime de cumprimento de pena.
- (C) Compete à Justiça Militar Federal processar e julgar os civis nos crimes militares que hajam cometido.
- (D) Não há prazo para a realização da prisão em flagrante, quando a perseguição é ininterrupta.
- (E) A diplomação do acusado, eleito deputado federal, no curso do processo criminal, desloca a competência para o Superior Tribunal de Justiça.

Nas questões 21, 22, 23, 24, 25 e 26 assinale a assertiva INCORRETA.

21.

- (A) Os direitos são adquiridos por ato próprio ou de outrem.
- (B) A aquisição de direitos por ato de outrem sempre depende de representação legal ou convencional.
- (C) Direitos podem ser adquiridos independentemente de ato próprio ou de outrem.
- (D) Direitos podem ser adquiridos em nome de outrem independentemente de conhecimento do beneficiário.
- (E) Os direitos adquiridos sem o conhecimento do beneficiário são renunciáveis por ato unilateral.

22.

- (A) Ninguém pode ser adotado com mais de dezoito anos de idade, à data do pedido de adoção, a menos que já esteja sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- (B) É possível a adoção *post mortem* do adotante.
- (C) O tutor ou o curador podem adotar o pupilo ou o curatelado.
- (D) É necessário o consentimento do adotando maior de doze anos de idade.
- (E) O candidato estrangeiro à adoção deve atender aos requisitos próprios da lei de seu país de origem.

23.

- (A) O contrato de depósito, em princípio, é gratuito a menos que seja necessário ou que as partes estipulem a onerosidade.
- (B) Além de ser compelido a ressarcir os prejuízos havidos com a bagagem dos hóspedes, o hoteleiro poderá ser preso se não as restituir.
- (C) As prestações alimentares são irrepelíveis, incomensuráveis e irrenunciáveis.
- (D) Não se compensam os prejuízos e os proveitos advindos da atuação do mandatário.
- (E) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

24.

Nas relações de consumo, os contratos admitem:

- (A) cláusula resolutória;
- (B) cláusulas limitativas de direitos do consumidor;
- (C) a inserção de cláusula extraordinária ao formulário;
- (D) multa moratória de no máximo 20% (vinte por cento) do valor da prestação;
- (E) cláusula de eleição de foro.

25.

- (A) O empregador responde pelos acidentes de trabalho sofridos pelo empregado, independentemente da indenização acidentária, desde que incorra em dolo ou culpa grave.
- (B) Cumulativamente com o dano material, é indenizável o dano moral.
- (C) Subsiste a responsabilidade do empregador no caso de aluguel da máquina ou terceirização do serviço causador do acidente.
- (D) É compensável a culpa concorrente do próprio empregado.
- (E) Incidem juros moratórios desde a data do evento lesivo.

26.

- (A) Nas disposições testamentárias, à falta de especificação do testador, as instituições particulares preferem as públicas.
- (B) A cláusula de inalienabilidade imposta pelo testador inclui a de incomunicabilidade do bem.
- (C) Os contratos benéficos interpretam-se-ão estritamente.
- (D) A doação é declaração unilateral de vontade, pela qual uma das partes transfere gratuitamente um bem de sua propriedade para o patrimônio de outra.
- (E) A doação pode ser estipulada com encargo.

27. Assinale a alternativa CORRETA.

É responsável pela reparação:

- (A) o dono do prédio, pelos danos resultantes de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta e desde que não tenha prestado caução de dano iminente;

- (B) o condomínio, pelos danos provenientes das coisas que caírem do prédio ou forem lançadas em lugar indevido, desde que identificado o condômino faltoso;
- (C) o estabelecimento bancário, pelo pagamento de cheque falso, ressalvada a culpa exclusiva do correntista;
- (D) a pessoa jurídica de direito público, pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando ao dever prescrito em lei;
- (E) o transportador, pelo acidente com o passageiro mesmo que haja culpa de terceiro.

Nas questões 28, 29 e 30, assinale a assertiva CORRETA.

28.

- (A) Considera-se erro substancial o que incide sobre a natureza do ato, sobre o objeto principal da declaração ou sobre alguma de suas qualidades essenciais.
- (B) Também se considera erro substancial o que diz respeito às qualidades essenciais da pessoa, mesmo que a consideração pessoal não seja condição para a efetivação do ato.
- (C) Considera-se erro acidental a falsa causa.
- (D) Os atos jurídicos viciados por erro substancial são nulos.
- (E) Os atos jurídicos viciados por erro acidental são anuláveis.

29.

- (A) Descaracteriza-se a posse de boa-fé apenas quando as circunstâncias indicarem que o possuidor possui indevidamente.
- (B) Posse injusta é compatível com posse de boa-fé.
- (C) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos nesta condição, mas deve restituir os pendentes ao tempo em que lhe foi demonstrado o vício.
- (D) O possuidor não responde pelos frutos percebidos, mas sim pelos que deixou de perceber por culpa sua.
- (E) O possuidor, não importa a sua condição, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, mas só o de boa-fé pode exercer direito de retenção.

30.

- (A) Direito de representação, nas sucessões, é a chamada dos parentes mais distantes para integrar uma classe, em substituição ao parente mais próximo, nas linhas ascendente, descendente e colateral.
- (B) Falece o direito de representação aos sobrinhos unilaterais, frente aos tios bilaterais.
- (C) O adotado unilateral tem os mesmos direitos sucessórios que os irmãos bilaterais.
- (D) O cônjuge é herdeiro facultativo.
- (E) Na falta de descendentes e de ascendentes, o companheiro ou companheira sobrevivente terá direito ao usufruto da totalidade da herança, enquanto não constituir nova união.

Nas questões 31, 32, 33 e 34 assinale a alternativa CORRETA.

31.

A decisão do Juiz que inadmitir litisconsórcio facultativo, implica:

- (A) a extinção do processo, por falta dos pressupostos processuais;
- (B) a extinção do processo, por ausência das condições da ação;
- (C) o desdobramento dos litígios em processos autônomos;
- (D) a extinção do processo sem julgamento do mérito;
- (E) nenhuma das alternativas é correta.

32.

O réu citado, que não contestou a ação, e não foi intimado do deferimento à desistência do autor a outro co-réu:

- (A) é revel;
- (B) é revel, mais ainda pode contestar;
- (C) é confesso, quanto à matéria de fato, mas ainda pode contestar;
- (D) é revel e confesso e não pode mais contestar;
- (E) nenhuma das alternativas é correta.

33.

- (A) A interrupção da prescrição ocorre na data do despacho que ordenar a citação, desde que esta se efetive validamente.
- (B) A prescrição considerar-se-á interrompida na data em que for efetivada a citação.
- (C) A interrupção da prescrição retroage à data do vencimento da obrigação, desde que ocorra citação válida.
- (D) Desde que haja citação válida, a interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da ação.
- (E) Nenhuma das assertivas é correta.

34.

O devedor embargou a execução alegando em seus embargos cumulação indevida de execuções e a extinção da obrigação em virtude de compensação. Neste caso:

- (A) o credor não pode desistir da execução;
- (B) a desistência da execução implica a extinção dos embargos;
- (C) a desistência da execução extingue os embargos, mas apenas quanto ao fundamento da compensação;
- (D) a desistência da execução impede a sucumbência do credor nos embargos;
- (E) nenhuma das alternativas é correta.

Nas questões 35 e 36 assinale a assertiva CORRETA.

35.

- (A) A rejeição liminar dos embargos do devedor possibilita recurso de apelação, no duplo efeito.
- (B) Todos os recursos admitem juízo de retratação.

- (C) Quando indeferida a inicial por inépcia, e o autor apelar, poderá o próprio juiz reformar sua decisão.
- (D) O Ministério Público tem sempre prazo em dobro para contestar.
- (E) Nenhuma das assertivas é correta.

36.

- (A) O perito e os assistentes técnicos podem ser recusados por impedimento ou suspeição.
- (B) O assistente técnico pode ser substituído quando, sem motivo, deixar de cumprir o encargo pericial.
- (C) O perito e o assistente técnico, mediante termo de compromisso, obrigam-se a cumprir o encargo com imparcialidade.
- (D) Poderão as partes indicar assistentes técnicos e quesitos, no prazo de dez (10) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito.
- (E) Nenhuma das assertivas é correta.

Nas questões 37, 38, 39 e 40 assinale a assertiva INCORRETA.

37.

- (A) Na ação de usucapião intervirá obrigatoriamente o Ministério Público.
- (B) O prazo para contestar, na ação de usucapião, correrá da intimação da decisão que declarou justificada a posse.
- (C) Na ação de usucapião, quando o autor for casado, sua mulher deve intervir no processo.
- (D) A Fazenda Pública será intimada por via postal, para manifestar seu interesse na ação de usucapião.
- (E) Usucapião pode ser alegado como matéria de defesa.

38.

- (A) Uma vez intimado, qualquer omissão do Ministério Público, relativamente aos atos que tenha que praticar no processo, é causa de nulidade.
- (B) A intervenção do Ministério Público é obrigatória na ação popular.
- (C) Na ação civil pública, o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- (D) O instrumento particular referendado pelo Ministério Público, fixando obrigação, constitui título executivo extrajudicial.
- (E) O Ministério Público deve intervir nas ações de alimentos.

39.

- (A) Cabe reconvenção nos processos de jurisdição voluntária, quando o prazo para contestar é de quinze (15) dias.
- (B) Nas ações possessórias o pedido reconvenicional é implícito, podendo ser formulado na contestação.
- (C) É admissível reconvenção na ação declaratória.
- (D) É admissível reconvenção na ação ordinária de exoneração de alimentos.
- (E) É possível reconvir sem contestar.

40.

- (A) O recurso adesivo poderá ser interposto no prazo de que dispõe a parte para responder o recurso principal, mas não poderá ser interposto nas próprias contra-razões.
- (B) O prazo para recorrer contra decisão que não admitiu qualquer recurso é sempre de cinco (5) dias.
- (C) Os embargos de declaração em primeiro grau de jurisdição serão opostos em cinco (5) dias.
- (D) O recurso adesivo está sujeito à deserção, mesmo que tenha sido efetuado o preparo do recurso principal.
- (E) O recorrente adesivo pode desistir de seu recurso, após este ser admitido.

Nas questões 41, 42, 43 e 44 assinale a assertiva CORRETA.

41.

- (A) A isenção de ICMS somente poderá ser concedida mediante lei específica estadual, que regule exclusivamente a matéria exonerativa.
- (B) A competência residual da União, para instituir impostos, não encontra limite na Constituição Federal.
- (C) A Constituição Federal não admite possa ocorrer fato gerador posteriormente ao pagamento do imposto.
- (D) Na imunidade recíproca não estão incluídas as fundações instituídas por partidos políticos, que tenham por objetivo o aperfeiçoamento de seus filiados.
- (E) Cabe ação popular de ato praticado pela Diretoria de sociedade de economia mista, ainda que esteja de acordo com a lei.

42.

- (A) Pode um empregado de empresa pública, ocupante de emprego de quadro de datilógrafos, ser promovido, por merecimento, ao emprego inicial da carreira de técnico-científico da mesma empresa.
- (B) Pelo sistema de repartição das competências legislativas, a Lei Federal complementar revoga a Lei Municipal ordinária, havendo contradição entre as mesmas.
- (C) Lei Municipal ordinária pode alterar disposição de Lei Orgânica do Município, desde que não trate de matéria reservada à Lei Complementar.
- (D) A suspensão, pelo Senado Federal, da executoriedade de lei julgada inconstitucional pelo STF, acarretará a sua revogação.
- (E) A remuneração dos empregados de uma empresa pública Federal não poderá ser superior à percebida pelos Ministros de Estado.

43.

- (A) O mandato de deputado federal é de 4 anos e o de Senador de 8 anos. Assim, as legislaturas das Casas do Congresso Nacional não são coincidentes.
- (B) A maioria relativa, na deliberação parlamentar, significa, em princípio, que apenas 1 (um) voto favorável pode aprovar a matéria submetida à votação.

- (C) Excepcionalmente, os deputados federais, nos territórios, serão eleitos pelo sistema distrital misto.
- (D) A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente do Senado Federal, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Procurador-Geral da República.
- (E) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta da maioria, do Presidente da República e de mais da metade das Assembléias Legislativas.

44.

- (A) Os vereadores não podem ser processados criminalmente, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- (B) Aos deputados estaduais aplicam-se as regras da Constituição Federal sobre licença parlamentar.
- (C) Pertencem aos Estados toda as ilhas fluviais e lacustres e à União, todas as ilhas oceânicas e costeiras.
- (D) No âmbito da legislação concorrente, a edição de Lei Federal posteriormente ao exercício, pelo Estado, da competência legislativa plena, na hipótese de colisão entre elas, tal conflito será de validade entre as duas leis.
- (E) Somente remanescem aos Estados poderes que explicitamente não lhes sejam vedados pela Constituição Federal.

Nas questões 45, 46, 47, 48 e 49 assinale a alternativa CORRETA.

45.

As medidas provisórias com força de lei:

- (A) diversamente do decreto-lei do regime constitucional anterior podem dispor sobre matéria tributária;
- (B) ao contrário dos referidos decretos-leis da Carta de 69, só têm eficácia depois de ratificadas pelo Congresso Nacional;
- (C) a exemplo dos decretos-leis da Carta de 69, perdem a eficácia, se não convertidas em lei, no prazo constitucional, mas a rejeição delas não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência;
- (D) diferentemente dos decreto-leis da Carta de 69, perderão sua eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias de sua publicação;
- (E) não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa.

46.

Declarada a inconstitucionalidade de lei pelo STF, a eficácia "erga omnes" da decisão dependerá da suspensão de sua execução pelo Senado Federal:

- (A) com a sanção do Presidente da República;
- (B) só quando for estadual a lei declarada inválida;
- (C) só quando se tratar de declaração incidente de inconstitucionalidade;
- (D) quer se cuide de declaração incidente, quer de ação genérica;
- (E) com o veto do Presidente da República.

47.

Findo o mandato legislativo, os ex-Deputados Federais:

- (A) perdem a inviolabilidade pelas opiniões, palavras e votos, que hajam proferido durante o exercício dele;
- (B) não podem ser processados, por fatos praticados durante o exercício do mandato, sem prévia licença da Câmara;
- (C) podem ser processados perante o STF, por fatos praticados durante o exercício do mandato, independentemente de licença da Câmara;
- (D) podem ser processados, no foro comum, por fatos praticados durante o exercício do mandato, cessando a competência do STF, por prerrogativa de função;
- (E) não podem ser processados no foro cível.

48.

Falecendo o Presidente da República:

- (A) assumirá a presidência o Vice-Presidente da República, realizando-se a eleição do sucessor definitivo do Presidente noventa dias após a abertura da vaga;
- (B) estando vago, anteriormente, o cargo de Vice-Presidente, far-se-á eleição para ambos os cargos;
- (C) o Vice-Presidente sucederá ao Presidente morto, fazendo-se nova eleição para a vice-presidência;
- (D) na segunda metade do seu mandato e estando vaga a vice-presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados sucederá ao Presidente morto;
- (E) assume, definitivamente, o Presidente do Senado Federal.

49.

A Constituição brasileira é:

- (A) flexível, porque admite a sua reforma para implantação do parlamentarismo;
- (B) rígida, porque a sua alteração depende de processo diverso daquele da legislação ordinária;
- (C) pluralista, porque reparte competências entre a União, os Estados e os Municípios;
- (D) democrática, porque a sua reforma depende sempre de plebiscito;
- (E) ortodoxa, porque tem uma só diretiva econômica e admite o intervencionismo estatal.

50. Assinale a assertiva INCORRETA.

- (A) O Tribunal de Justiça do Estado é competente para julgar, por maioria dos presentes, a constitucionalidade de lei complementar estadual em conflito com a Constituição Estadual.
- (B) Entre nós brasileiros, não haverá pena de gales.
- (C) O fundamento político-constitucional da soberania dos Veredictos, no júri, a par de outros, reside em estar o povo diretamente exercendo o poder de julgar.

- (D) O direito de propriedade intelectual de autor é vitalício, mas o direito hereditário dele decorrente pode ser constitucionalmente temporário ou vitalício.
- (E) A nacionalidade é vínculo de pertinência de alguém a um determinado Estado; a cidadania qualifica os participantes da vida do Estado.

Nas questões 51 a 60, assinale a alternativa CORRETA.

51.

São princípios que informam toda a ação administrativa:

- (A) o interesse privado e a autotutela;
- (B) a presunção da verdade e a especialidade;
- (C) a materialidade e o "in dubio pro reo";
- (D) a legalidade e o interesse público;
- (E) a hierarquia e o interesse difuso.

52.

A Administração é obrigada a policiar os próprios atos administrativos editados, anulando-os de ofício, por iniciativa própria quando ilegais, revogando-os, quando inoportunos ou inconvenientes, e isso em decorrência do princípio:

- (A) da continuidade administrativa;
- (B) da especialidade da função;
- (C) da autotutela administrativa;
- (D) da liberdade de imprensa;
- (E) da hierarquia administrativa.

53.

O poder discricionário e o poder arbitrário:

- (A) ambos se apóiam na lei;
- (B) ambos são contrários à lei;
- (C) ambos têm o mesmo significado;
- (D) ambos são permitidos à Administração;
- (E) não se confundam, pois o primeiro se apóia na lei e o segundo fere a lei.

54.

No tocante à improbidade administrativa:

- (A) apenas o Ministério Público poderá representar a autoridade administrativa para a apuração de ato de improbidade;
- (B) a rejeição da representação pela autoridade administrativa impede que seja novamente formulada diretamente ao Ministério Público;
- (C) o Ministério Público, na ação civil de reparação de danos causados ao erário, se não intervier no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei;
- (D) não pratica crime quem oferece representação por ato de improbidade administrativa contra agente público, sabendo-o inocente;
- (E) a autoridade administrativa não precisa apresentar motivação para a rejeição da apresentação.

55.

No tocante à improbidade administrativa:

- (A) a ação principal de improbidade, proposta pelo Ministério Público, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar, terá o rito ordinário;
- (B) a ação principal de improbidade, proposta pelo agente público, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar, terá o rito sumário;
- (C) a ação principal de improbidade, proposta pelo Ministério Público, dentro de quinze dias de efetivação da medida cautelar, terá o rito ordinário;
- (D) a ação principal de improbidade, proposta pelo ente autárquico, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar, terá o rito ordinário;
- (E) a ação principal de improbidade, proposta pelo Ministério Público, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar, terá o rito sumário.

56.

É atribuição da Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- (A) autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso de aperfeiçoamento no exterior;
- (B) exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicialmente e extrajudicialmente;
- (C) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deve officiar no feito;
- (D) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção por antigüidade;
- (E) realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.

57.

- (A) Um dos requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público é o exercício de advocacia pelo período mínimo de dois anos.
- (B) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil.
- (C) São vedadas ao Promotor de Justiça as atividades exercidas em entidades de representação de classe dos membros do Ministério Público.
- (D) Toda punição disciplinar praticada pelo membro do Ministério Público acarreta, de per si, sanção penal.
- (E) É permitida a remoção por permuta entre membros do Ministério Público de entrâncias diferentes.

58.

Para ingresso nos cargos iniciais da carreira do Ministério Público:

- (A) é utilizado o concurso público de provas e títulos;
- (B) é utilizada a contratação de servidores pela Consolidação das Leis do Trabalho;

- (C) é utilizada a indicação de advogados de ilibada conduta pública e particular;
- (D) é utilizado, apenas, o concurso público de provas;
- (E) é utilizado o concurso público somente para funcionários públicos.

59. *O recurso oferecido pelo membro do Ministério Público mais antigo, recusado na indicação para promoção por antigüidade, em decisão do Conselho Superior do Ministério Público, é julgado:*

- (A) pelo Procurador-Geral de Justiça, com base do princípio da hierarquia administrativa;
- (B) pelo órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) pelo próprio Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (E) pelo Procurador de Justiça mais antigo na carreira.

60.

O Corregedor-Geral do Ministério Público é:

- (A) eleito apenas pelos membros integrantes do Conselho Superior do Ministério Público;
- (B) eleito por todos os membros integrantes da carreira do Ministério Público que sejam vitalícios;
- (C) designado pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores de Justiça indicados em lista tríplice pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores;
- (D) eleito apenas pelos membros integrantes do Colégio de Procuradores do Ministério Público;
- (E) eleito por todos os integrantes da carreira do Ministério Público.

GABARITO
GRADE DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

	A	B	C	D	E
1				X	
2	X				
3		X			
4			X		
5					X
6				X	
7	X				
8					X
9			X		
10	X				
11					X
12			X		
13		X			
14	X				
15					X
16				X	
17		X			
18			X		
19	X				
20					X

	A	B	C	D	E
21		X			
22	X				
23			X		
24				X	
25	X				
26				X	
27					X
28	X				
29		X			
30				X	
31			X		
32					X
33				X	
34					X
35			X		
36					X
37		X			
38	X				
39	X				
40		X			

	A	B	C	D	E
41					X
42					X
43		X			
44		X			
45				X	
46			X		
47			X		
48		X			
49		X			
50	X				
51				X	
52			X		

	A	B	C	D	E
53					X
54			X		
55	X				
56					X
57		X			
58	X				
59		X			
60				X	

NÚMERO DE ACERTOS:

GRADE DE PORTUGUÊS

	A	B	C	D	E
1		X			
2			X		
3				X	
4			X		
5		X			
6					X
7					X
8			X		
9				X	
10			X		
11		X			
12			X		
13		X			
14	X				
15		X			
16		X			
17	X				
18					X
19			X		
20	X				

	A	B	C	D	E
21		X			
22					X
23	X				
24		X			
25	X				
26		X			
27			X		
28				X	
29				X	
30	X				
31		X			
32	X				
33	X				
34	X				
35					X
36	X				
37				X	
38				X	
39					X
40				X	

IDENTIFICAÇÃO N.º:

NÚMERO DE ACERTOS: